



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680126 - SP (2021/0219056-0)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR  
CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)  
**IMPETRANTE** : THAIS BARAO  
**ADVOGADO** : THAIS BARAO - SP440980  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GABRIEL HENRIQUE INACIO DE PAULA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GABRIEL HENRIQUE INACIO DE PAULA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* Criminal n. 2144915-79.2021.8.26.0000).

O paciente "foi preso em flagrante, em 23 de junho de 2021, pela suposta prática do crime de tráfico de entorpecente, tipificado no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06, e teve a prisão convertida em preventiva" (fl. 115).

A impetrante sustenta que a prisão preventiva é ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea a justificar a manutenção da custódia cautelar. Defende que a gravidade em abstrato do delito e pequena quantidade da droga apreendida não são suficientes para decretação da preventiva. Alega a ausência dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. Afirma que não houve a indicação dos motivos que impediriam a imposição de medidas cautelares diversas da prisão. Argumenta pelo reconhecimento do "estado de coisas inconstitucional". Assevera a necessidade de conversão da prisão em medida cautelar diversa da prisão, com a finalidade de se evitar contaminação decorrente da pandemia da covid-19.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja relaxada a prisão, com imediata expedição do alvará de soltura em favor do paciente. Subsidiariamente, pleiteia a aplicação de qualquer medida cautelar diversa da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

Contudo, no presente caso, a parte impetrante não demonstrou que o paciente cumpriu os requisitos anteriormente destacados.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020, tampouco à decisão do STF.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente